



Mensagem da Administração

2010 foi um ano repleto de conquistas para Marisa, reforçando que nossa estratégia em focar esforços para acompanhar a evolução da mulher da classe C tem sido reconhecida. Fortalecemos nossa presença e atuação em todo o território nacional, refinamos o planejamento comercial, realizamos nosso mix de produtos, ampliamos e melhoramos nosso sortimento. Controlamos os estoques de forma intensa e rígida e melhoramos o prazo de recebimento das peças em nossas lojas. Tudo isso nos trouxe ainda maior proximidade junto a milhares de mulheres as quais a Marisa acompanha há várias gerações. A melhoria da economia brasileira, especialmente para a classe C, teve um forte impacto no poder de consumo dessas famílias. A mulher brasileira foi às compras, com uma postura muito mais exigente, buscando a moda que lhe cai bem e com a qual possui identificação. A Marisa fez mais do que sua ligação de casa. • Inaugurou 53 lojas, 14 lojas adicionais ao plano inicial, reforçando sua presença em várias cidades do Brasil. • Inovou com a criação de um novo conceito de loja, inédito no mercado brasileiro, a Marisa Linerie, com um mix de produtos com foco nos diversos estilos de vida. Esse formato fechou o ano com 14 lojas inauguradas. • Ousou novamente, renovando sua loja virtual, com ferramentas que ajudam e trazem conveniência e facilidade na hora da compra. A contratação de 3.087 colaboradores reforça a grande equipe que trabalham para que tudo pudesse ser realizado, sustentada pelo compromisso da prática dos valores e do Jeito de Ser Marisa, estamos dando passos seguros na evolução da nossa gestão. Todos esses fatores, somados a um forte desempenho operacional e a confiança do mercado, fizeram com que as ações da companhia valorizassem 123,6% em 2010. Isso diz muito com bastante orgulho que nossa ação foi a 3ª mais valorizada do setor de varejo no ano de 2010 e nosso IPO foi o 6º melhor da década, segundo a revista Exame. Muitos acharam ousada de nossa parte, mas estávamos confiantes na nossa capacidade de execução dessas arrojadas metas. Queremos mais. 2011 será marcado pela continuidade das estratégias assertivas da companhia. 33 novas lojas já foram contratadas, o que demonstra nossa confiança no Brasil e também na performance da Marisa.

Marcio Goldfarb

MARISA
Iniciamos nossas atividades em 1948 na cidade de São Paulo, sob o comando de Bernardo Goldfarb. Atualmente, temos presença em todas as regiões brasileiras e forte posição competitiva, por meio de 277 lojas e quatro centros de distribuição estrategicamente localizados próximos aos maiores centros consumidores do Brasil. Com 62 anos de experiência, conhecendo e acompanhando as necessidades de nosso público-alvo, construímos uma relação de complicidade e intimidade com a mulher brasileira. Nossa marca "Marisa", associada ao reconhecimento slogan "De Mulher para Mulher", possui forte reputação com o público feminino e uma identificação com os desejos e necessidades de nosso público-alvo, que acreditamos ser única no mercado brasileiro. A "Marisa" é nacionalmente conhecida como uma marca jovem, moderna e sensual. Somos a primeira multinacional brasileira das Classes C que quer acompanhar os últimos lançamentos da moda íntima e adquirir produtos de qualidade a preços atrativos.

VALORES DA MARISA

Ética: Nossa conduta e nossas decisões são pautadas pelos valores éticos da sociedade, abrangendo os níveis sociais, legais, organizacionais e individuais. Respeitamos as regras morais e de boa convivência social entre as pessoas com quem interagimos no dia a dia. Seguimos, e obedecemos, as leis em vigor no país. Observamos as normas da empresa, os princípios corporativos e o código de conduta estabelecidos. Acreditamos nos princípios descritos acima e os praticamos, por ser esta a única forma de dar existência à Ética.

Respeito às pessoas: Respeitamos as pessoas, independentemente de sexo, idade, formação, origem, posição social e credo. Acreditamos na diversidade de ideias, talentos e opiniões e na personalidade individual de nossos colaboradores. Encaramos com naturalidade as diferenças ou eventuais divergências e incentivamos o desenvolvimento individual. Valorizamos todas as pessoas, não só aquelas que trabalham na Marisa, mas também aquelas com quem nos relacionamos fora da empresa: clientes, fornecedores e parceiros no negócio.

Compromisso com os clientes: O foco de nossa atuação são nossos clientes, para os quais oferecemos produtos de qualidade, que seguem as tendências de moda e têm a melhor relação custo-benefício. Nosso sucesso depende de nossa capacidade de identificar, entender e trabalhar os comportamentos relacionados a estilos de vida e moda de todos os consumidores de produtos e serviços Marisa. Procuramos identificar oportunidades de desenvolvimento de novos produtos, formatos de loja, experiências de compra e formas de atendimento.

Comprometimento com o resultado: Nosso sucesso é fruto de muito trabalho e total comprometimento de todas as pessoas que atuam na Marisa com o resultado da empresa. Fazemos sempre o melhor da melhor forma possível. Construímos e implementamos planos de trabalho estruturados que nos indicam claramente os caminhos a serem trilhados e quais ações devem ser empreendidas para concretizar nossa ambição estratégica. Perseguimos constantemente o atendimento e a superação de nossas metas e objetivos corporativos, funcionais e individuais.

Meritocracia: Valorizamos e reconhecemos os colaboradores da Marisa pelos resultados do trabalho e mérito pessoal. Acreditamos que a meritocracia proporciona maior justiça e transparência nos processos de avaliação de desempenho e definição de recompensas e/ou promoções.

Agilidade/Antenados: Agilidade é fundamental para o sucesso no varejo. Encaminhamos nossas ações e decisões com o senso de urgência e rapidez demandado pela dinâmica do setor em que trabalhamos. Somos uma empresa atenta, bem informada, ligada aos acontecimentos que podem impactar nossas atividades no presente e influenciar as tendências futuras de nosso negócio.

Inovação: Inovação para a Marisa é o desenvolvimento e a exploração (bem-sucedida) de novas ideias, que resultam em crescimento de faturamento, melhoria no atendimento a clientes e no ambiente de trabalho e satisfação de nossos colaboradores, acesso a novos mercados, redução de custos e aumento das margens de lucro, entre outros benefícios. Usamos a criatividade para inovar nossos produtos, formatos de lojas, processos e gestão, diferenciando a Marisa em um ambiente de competição intensa.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Varejo

(Em Milhões de R\$)	2010	%ROL	2009	%ROL
Receta Líquida	1.702,5		1.434,6	
Custo de Mercadorias	(807,5)	(47,4%)	(681,9)	(47,5%)
Lucro Bruto	895,2	52,6%	752,7	52,5%
Despesa com Vendas	(535,3)	(31,4%)	(468,2)	(32,6%)
Despesas Gerais e Administrativas	(105,4)	(6,2%)	(84,6)	(5,9%)
Outras Receitas Operacionais	7,7	0,5%	13,9	1,0%
Ebitda	262,2	43,6%	213,7	35,6%
Depreciação e Amortização	(95,3)	(5,6%)	(81,1)	(5,7%)
Total de Despesas Operacionais	(728,4)	(42,8%)	(620,1)	(43,2%)

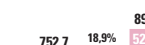
Receta Líquida: No ano, a receita líquida foi de R\$1.702,8 milhões, crescimento de 18,7% quando comparada com os R\$1.434,6 milhões reportados em 2009. No conceito mesmas lojas, a receita teve alta de 13,2% devido, principalmente, à evolução dos processos de planejamento e coordenação das coleções e melhora do mix de produtos.

Receta Líquida Varejo (R\$ Milhões)



Custo de Mercadorias: No ano, o custo de mercadorias teve aumento de 18,4%, passando de R\$681,9 milhões em 2009 para R\$807,5 milhões em 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo crescimento na quantidade de peças vendidas.

Lucro Bruto Varejo (R\$ Milhões)



Lucro Bruto: No acumulado do ano, o lucro bruto aumentou 18,9%, passando de R\$752,7 milhões em 2009 para R\$895,2 milhões em 2010. A margem bruta em 2010 foi de 52,6%, acréscimo de 0,1 p.p. quando comparada com os 52,5% relativos a 2009.

Despesas com Vendas: No ano, as despesas com vendas apresentaram alta de 14,3%, passando de R\$468,2 milhões em 2009 para R\$535,3 milhões em 2010. Esse aumento das despesas é consequência do forte crescimento da Companhia. Analisando as despesas de vendas como percentual da receita líquida, a Marisa apresentou redução de 1,2 p.p., passando de 32,6% em 2009 para 31,4% em 2010. É importante destacar que a diluição das despesas ocorreu mesmo com (i) a empresa passando por período de grande crescimento, quando há muitas despesas pré-operacionais; e (ii) quando grande parte de sua área de vendas ainda se encontra em processo de maturação. A diluição das despesas com vendas é um dos grandes drivers de valor da Companhia, já que ainda temos a maturar 39,1% da área total de vendas.

Despesas Gerais e Administrativas: No ano, as despesas gerais e administrativas cresceram 24,6%, passando de R\$84,6 milhões em 2009 para R\$105,4 milhões em 2010. As despesas gerais e administrativas, como percentual da receita líquida, apresentaram crescimento de 0,3p.p. entre os períodos analisados, passando de 5,9% para 6,2%.

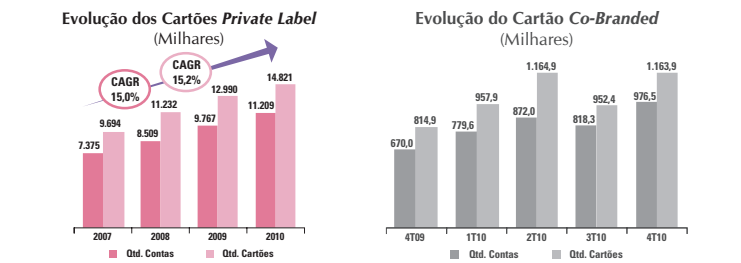
Outras receitas (despesas) operacionais: No acumulado do ano as outras receitas (despesas) operacionais apresentaram redução de receita da ordem de R\$6,2 milhões, passando de R\$13,9 milhões em 2009 para R\$7,7 milhões em 2010.

Ebitda: No ano, o EBITDA acumulou-se em R\$262,2 milhões, 22,7% acima dos R\$213,7 milhões apresentados em 2009. O resultado do ano é reflexo da manutenção da margem bruta e diluição das despesas com vendas no período. A margem Ebitda do varejo atingiu 18,6% no trimestre e 15,4% no ano.

Depreciação e Amortização: No acumulado do ano, a depreciação aumentou 17,5%, passando de R\$81,1 milhões em 2009 para R\$95,3 milhões em 2010. Esse crescimento é explicado, principalmente, pelo acréscimo de mais de 45 mil m² de área de vendas e as consequentes beneficiárias em imóveis de terceiros entre os períodos analisados.

CARTÃO MARISA

Evolução da Base de Cartões: ao final de dezembro a Companhia atingiu a marca de 11,2 milhões de contas no cartão **Private Label**, aumento de 14,8% quando comparado com os 9,8 milhões de 2009. Em relação ao cartão **Co-Branded**, a Companhia encerrou o ano com 976,5 mil contas.



Vendas através dos Cartões Marisa (Private Label e Co-Branded)

No ano, as vendas de mercadorias por meio dos Cartões Marisa foram de R\$1.188,7 milhões, 12,1% superior aos R\$1.060,5 milhões reportados em 2009. Esse acréscimo é explicado pelo aumento das vendas totais da Companhia.

Meios de Pagamento 2010

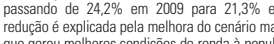


Participação Marisa: 51,3%

Perfil das Vendas com os Cartões Marisa

No ano, a participação das vendas parceladas com juros caiu 2,9 p.p., passando de 24,2% em 2009 para 21,3% em 2010. Essa redução é explicada pela melhora do cenário macroeconômico, que gerou melhores condições de renda à população brasileira - em especial a Classe C - , proporcionando uma menor propensão a comprar com prazos de pagamento longos.

Perfil das Vendas - Co-Branded



No acumulado do ano, a participação das vendas parceladas com juros aumentou 7,9 p.p., passando de 7,6% em 2009 para 15,5% em 2010, devido ao fato do cartão Co-Branded ter sido lançado no início de 2009.

Perfil das Vendas - Private Label



No acumulado do ano, a participação das vendas parceladas com juros aumentou 7,9 p.p., passando de 7,6% em 2009 para 15,5% em 2010, devido ao fato do cartão Co-Branded ter sido lançado no início de 2009.

Ticket Médio Total do Cartão Marisa (PL)

2010	69,92
2009	96,54
2008	92,57

Ticket Médio Total da Companhia

2010	69,36
2009	67,36
2008	59,34

Receta Líquida do Cartão: No ano, a receita líquida de serviços acumulou R\$353,2 milhões, alta de 12,6% na comparação com os R\$313,5 milhões reportados em 2009.

Custo de Serviços: No ano, os custos de serviços decresceram 10,5%, passando de R\$251,4 milhões em 2009 para R\$225,0 milhões em 2010.

Resultado Operacional da Operação de Cartão (EBITDA):

(Em Milhões de R\$)	2010	2009	Var. (%)
Tarifas ⁽¹⁾ e Seguros	91,9	80,1	14,7%
Receta de Intermediação Financeira ⁽²⁾	197,4	190,2	3,8%
Recuperação de Pro-Labore	12,0	12,0	n.a.
Acordo de Exclusividade - Co-Branded	12,0	12,0	n.a.
Receta de Comissão - Co-Branded	6,6	11,5	(42,5%)
Resultado do Cartão - Co-Branded	14,8	1,3	n.a.
Outros	(2,7)	(8,3)	(66,9%)
Total das Receitas	320,0	298,8	7,1%
Custo de Funding	(10,6)	(9,2)	15,0%
Custo de Serviços	(81,5)	(70,1)	16,2%
Despesas Gerais & Administrativas	(9,9)	(7,4)	33,2%
Constituição de Provisão para Devedores Duvidosos, Líquida ⁽³⁾	(99,5)	(138,1)	(27,9%)
Provisão do Resultado da Operação Itaú	(3,8)	(5,90)	n.a.
Outros	(3,8)	(1,8)	100,0%
Total das Despesas	(205,8)	(232,4)	(11,5%)
Total da Operação de Cartão	114,2	66,3	72,2%

⁽¹⁾Tarifas de Extrato e Cobrança.

⁽²⁾Incluem-se nessa receita: os juros sobre vendas parceladas, juros rotativos.

⁽³⁾ Incluem-se nessa categoria a despesa de constituição de provisão para devedores duvidosos e a perda efetiva, líquida da recuperação dos créditos vencidos há mais de 180 dias.

EBITDA: No ano, os Cartões Marisa reportaram crescimento de 72,2%, passando de R\$66,3 milhões em 2009 para R\$114,2 milhões em 2010, devido ao crescimento de receita de seguros, aumento da recuperação de dívida para os clientes do cartão **Private Label** cujo atraso supera 180 dias e redução nas perdas com operações de crédito.

Acordo Comercial com o Itaú: No ano, o resultado do cartão Co-Branded apresentou crescimento de 72,9%, passando de R\$18,9 milhões em 2009 para R\$32,7 milhões em 2010.

SAX - FINANCEIRA

(Em Milhares de R\$)	2010	2009	Var. (%)
Receta Líquida de Serviços Financeiros	19.752	7.632	158,8%
Custo	(6.983)	(2.754)	153,6%
Lucro Bruto	12.769	4.878	161,8%
Despesas Operacionais	(5.960)	(3.504)	70,1%
Lucro antes de imposto de renda, contribuição social	6.809	1.374	395,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	(3.920)	(763)	400,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	630	(51)	n.a.
Lucro Líquido do Período	3.719	540	588,7%

O EBITDA da SAX adicionou R\$7,1 milhões ao resultado de 2010.

VAREJO E SERVIÇOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Resultado Financeiro Líquido: No ano, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$20,3 milhões ante a despesa de R\$16,2 milhões em 2009.

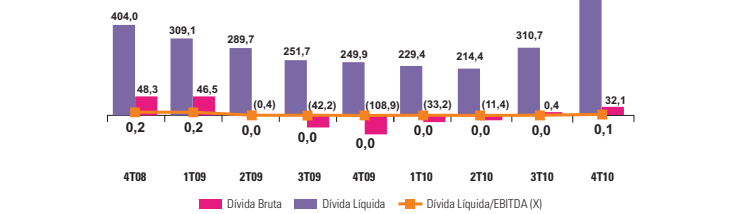
(Em Milhões de R\$)	2010	2009	Var. (%)
Receta Financeira			
Operações de Tesouraria	39,4	40,8	(3,6%)
Outros	6,2	5,4	15,5%
Total das Receitas Financeiras	45,6	46,2	(1,4%)
Despesas Financeiras			
Operações de Tesouraria	(36,3)	(38,3)	(5,1%)
Outros	(29,5)	(24,2)	22,3%
Total das Despesas Financeiras	(65,9)	(62,4)	5,5%
Resultado Financeiro Líquido	(20,3)	(16,2)	25,0%



Lucro Líquido: No ano, o lucro líquido somou R\$208,7 milhões, crescimento de 47,7% frente aos R\$141,3 milhões reportados em 2009. Esse resultado é explicado tanto pela melhor performance dos Cartões Marisa, quanto pelo aumento das vendas de mercadorias entre os períodos analisados e diluição de despesas.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o ano com dívida bruta total de R\$577,8 milhões. A Marisa adquiriu novas linhas de financiamento, com finalidade de manter um patamar de liquidez adequado ao projeto de expansão no curto prazo. A Companhia encerrou o ano com um custo financeiro médio ponderado de 96,98% CDI. No mesmo período o caixa e equivalentes apresentaram um resultado de R\$545,7 milhões. A empresa terminou o ano uma taxa média de aplicação de caixa de 101,4% do CDI e com dívida líquida de R\$32,1 milhões.



CAPEX

(Em Milhões de R\$)	2010	2009
Lojas Novas	181,0	31,3
Lojas Ampliadas / Remodeladas	25,2	11,9
Outros	37,9	27,7
Total	244,0	70,9

No ano de 2010, os investimentos totalizaram R\$244,0 milhões ante R\$70,9 milhões investidos em 2009. Desse total, R\$181,0 milhões foram desembolsados para abertura de novas lojas, R\$25,2 milhões foram investidos na ampliação/remodelação de lojas e R\$37,9 milhões foram utilizados na reposição de ativos, melhora dos sistemas e equipamentos de tecnologia e gastos com leasing.

EBITDA¹

(Em Milhões de R\$)	2010	2009	Var. (%)
EBITDA - Consolidado	2.075,7	1.755,7	18,2%
Receta Operacional Líquida	208,7	141,3	47,7%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	4,1	8,4	(51,0%)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	52,9	33,4	58,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	20,3	16,2	25,0%
(+) Depreciação e Amortização	97,5	82,4	18,5%
EBITDA	383,5	281,6	36,2%
Margem EBITDA⁽²⁾	18,5%	16,0%	+2,5 p.p.
Margem EBITDA⁽³⁾	22,5%	19,6%	+2,9 p.p.

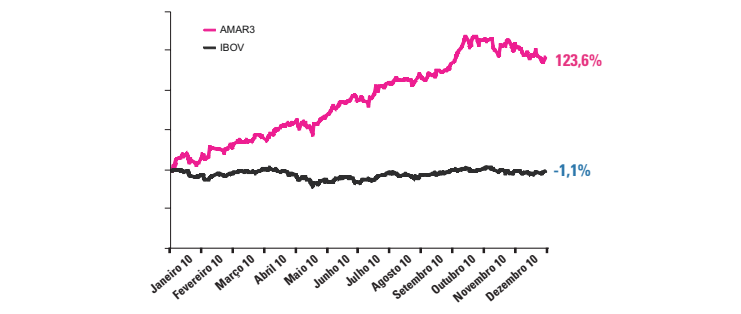
⁽¹⁾ A Margem EBITDA é o EBITDA dividido pela Receita Operacional Líquida.

⁽²⁾ EBITDA total dividido pela Receita Líquida Operacional de Varejo.

No ano, o EBITDA soma R\$383,5 milhões, crescimento de 36,2% frente aos R\$281,6 milhões reportados em 2009.

¹ A inclusão de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida do nosso desempenho econômico operacional. O nosso EBITDA é formado pelo lucro (prejuízo) líquido acrescido ou diminuído do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, resultado financeiro e depreciação e amortização do período. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades.

MERCADO DE CAPITAIS



A Marisa abriu capital em 22 de outubro de 2007 sob o símbolo MAR3. A emissão contou numa distribuição pública, 100% primária, de 50.600.000 ações ordinárias, representando 27,42% do capital total da Companhia. Com objetivo de racionalizar a estrutura societária do grupo, bem como proporcionar maior clareza e transparência na divulgação de informações, foi aprovada em 2009 a incorporação das ações de emissão da Marisa S.A. pela Marisa Lojas. Cada ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Marisa S.A. foi substituída por uma ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Marisa Lojas, a qual foi transformada em uma sociedade anônima, sob a denominação "Marisa Lojas S.A.", que passou a ser negociada sob o símbolo AMAR3. A Marisa está listada no "Novo Mercado" da BM&FBovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), comprometendo-se com o nível mais alto de Governança Corporativa do mercado de capitais brasileiro. No ano de 2010, o volume médio diário de ações negociadas foi de 153.327 ações, com um volume financeiro médio de R\$3,2 milhão/dia. O preço da ação subiu 123,6% no ano de 2010.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Com objetivo de racionalizar a estrutura societária do grupo, bem como proporcionar maior clareza e transparência na divulgação de informações, foi aprovada em 2009 a incorporação das ações de emissão da Marisa S.A. pela Marisa Lojas. Cada ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Marisa S.A. foi substituída por uma ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Marisa Lojas, a qual foi transformada em uma sociedade anônima, sob a denominação "Marisa Lojas S.A.". Com a incorporação de ações, a administração da contratação de seguros pessoais entre os usuários do Cartão Marisa e as seguradoras. • **TCM Participações Ltda.** ("TCM") - tem por objetivo principal a prestação de serviços de cobrança, assessoria de crédito e administração de carteiras de cobrança do Cartão Marisa. • **TEF Serviços de Processamento de Dados Ltda.** ("TEF") - tem por objetivo principal a impressão e a remessa das faturas do Cartão Marisa. iii) **MAX Participações Ltda.** ("MAX") - opera como "holding", investindo na seguinte sociedade: • **SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.** ("SAX") - tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas. b) **Siará Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda.** ("Siará") - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades. c) **Albatroz Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda.** ("Albatroz") - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades.

VANTAGENS COMPETITIVAS DA MARISA

Seguem abaixo os principais pontos fortes da Marisa:

Marca forte e slogan altamente reconhecido: "De Mulher para Mulher". A marca Marisa é reconhecida em todo o território nacional e tem forte identificação e relação de intimidade com a mulher brasileira. Dentre os principais concorrentes, a Companhia acredita ser a única com foco exclusivo na mulher, especialmente da Classe C. A Marisa se beneficia das características únicas da marca para agregar valor aos seus produtos, comercializando-os sob a marca "Marisa". O reconhecimento slogan "De Mulher para Mulher" reflete a filosofia dos negócios da Marisa, baseada na (i) criação de produtos, estratégias de marketing e ambiente de compra especialmente focados e desenvolvidos para o atendimento da mulher; (ii) experiência de compra diferenciada que proporcionamos às nossas clientes; e (iii) nossa preocupação com a qualidade e melhor relação custo/benefício.

Presença e experiência em todas as regiões do Brasil. A Marisa possui a maior cobertura geográfica do Brasil e está presente em todas as regiões brasileiras há mais de 25 anos, o que dá a Companhia uma vantagem competitiva em relação aos seus maiores concorrentes, por ter estabelecido uma maior relação de intimidade com o público alvo de cada região, além do aprendizado que ajuda a empresa a sair na frente da concorrência quando o assunto é conhecer melhor cada característica e cultura das diferentes regiões do Brasil. A cobertura nacional confere à Marisa um amplo conhecimento e experiência quanto às particularidades em operar em diversas regiões do Brasil, tais como concorrência, preferências e características da população de cada região, clima, biotipo e perfil de renda. Por isso, a Companhia possui vantagens competitivas para adaptar seus produtos e lojas ao público-alvo de cada região.

Operação de Cartão em Formato Inovador: Private Label e Co-Branded. O Cartão é um importante instrumento de fidelização de seus clientes e ampliação de suas vendas e base de consumidores. Além disso, permite à Companhia oferecer formas de pagamento flexíveis e constantes promoções às suas clientes. Por meio do Cartão, a empresa possibilita que suas clientes realizem um maior volume de compras. Ademais, o Cartão permite reunir um extenso banco de dados, que é fundamental na tomada de decisões administrativas e comerciais, bem como no direcionamento do foco de propaganda.

Moda de qualidade com preços acessíveis e margens atrativas. Por possuir experiência e conhecimento do setor de varejo de moda feminina e moda íntima feminina com foco nas mulheres da Classe C, a Companhia desenvolve produtos de qualidade, com a melhor relação custo/benefício, que acompanham as últimas tendências da moda internacional e nacional e que desenvolvidos, comprados e expostos por estilos de vida. O sucesso da Marisa é atribuído ao fato de atender às necessidades do seu público-alvo quanto à qualidade e atualidade de suas coleções e à sensibilidade ao preço, ao mesmo tempo em que obtém margens atrativas para seu negócio.

Maior capilaridade quando comparado com os principais competidores. A Marisa possui 4 centros de distribuição que estão estrategicamente localizados próximos aos maiores mercados consumidores brasileiros. A operação 100% automatizada em conjunto com a estratégia de recebimento dos produtos, nos centros de distribuição, etiquetados, encadernados e com tag de alarme dá maior agilidade e eficiência ao processo como um todo. Dessa forma, as mercadorias ficam nos centros de distribuição por menos de um dia, o que as caracteriza como um *cross docking*.

Loja Virtual. A Marisa é a única rede de varejo de vestuário feminino que possui uma loja virtual desde 2000. Através da Loja Virtual, a Companhia oferece os mesmos produtos vendidos pelas lojas físicas. A loja virtual possibilita que a Marisa esteja presente mesmo nas localidades onde ainda não possui lojas físicas, além de criar conveniências para suas clientes adquirirem produtos sem precisar ir até as lojas. As vendas da Loja Virtual cresceram 100% nos últimos dois anos, tendo sido a loja que apresentou o maior crescimento dentre as lojas da rede. Há expectativa de um crescimento contínuo do comércio eletrônico, impulsionado pela inclusão digital nas Classes C e D, pela maior utilização da internet no Brasil e pelo aumento do hábito de compras on-line entre os usuários.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em outubro de 2007, a Marisa Lojas S.A. concretizou o processo de abertura de capital, que começou a ser idealizado já no final de 2004 como uma das formas de garantir a perenidade e o contínuo crescimento da Companhia. Na oferta pública inicial (IPO) foram emitidas 50,6 milhões de ações - todas ordin



MARISA LOJAS S.A. CNPJ nº 61.189.288/0001-89

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

Table with columns: Nota explicativa, Controladora (BR GAAP), Consolidado (BR GAAP e IFRS), and rows for Circulante, Não Circulante, and Total do Ativo.

Table with columns: Nota explicativa, Controladora (BR GAAP), Consolidado (BR GAAP e IFRS), and rows for Circulante, Não Circulante, and Total do Passivo.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA - BR GAAP e CONSOLIDADO BR GAAP e IFRS) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Table showing changes in equity components like Reservas de lucros, Atribuído aos acionistas, Participação não controladores, and Total patrimônio líquido.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Table showing value added components like Receitas, Insumos Adquiridos de Terceiros, Valor Adicionado Bruto, and Valor Adicionado Total a Distribuir.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Table showing income statement items like Operações Continuadas, Lucro Bruto, Despesas Operacionais, and Lucro Líquido do Exercício.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Table showing cash flow components like Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Investimentos, and Financiamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

1. Contexto Operacional - A Marisa Lojas S.A. ("Companhia" ou "Marisa Lojas"), anteriormente denominada Marisa Lojas Varejistas Ltda., incorporada no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, é uma Companhia de capital aberto e está listada na BVMF/BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação AMAR3. A Companhia atua nos segmentos varejistas de artigos de vestuário em geral e outros próprios de lojas de departamentos, além da importação de mercadorias e da venda de produtos pela Internet, e, através de suas controladas, na administração de cartões de crédito próprio (modalidade de "Private Label" e "Co-branded" - Marisa Itaucard), e na área de Logística. Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia procedeu às seguintes reestruturações societárias: Em 31 de outubro de 2009, com a incorporação de ações da antiga controladora Marisa S.A. ("Marisa"), a Companhia passou a ser a controladora do Grupo, possuindo participação societária direta na Marisa, a qual opera como "holding". Em 18 de março de 2010, a Marisa, controlada pela Companhia, exerceu a opção de compra da MAX Participações Ltda., passando a ser a sua controladora. Dessa forma, a Companhia possui participação direta e indireta nas seguintes sociedades: a) Marisa S.A. - opera como "holding", investindo nas seguintes sociedades: Du Mille Participações Ltda. ("Du Mille") - tem por objetivo principal a prestação de serviços de manuseio, arrumação, carga e descarga de mercadorias de qualquer natureza, a administração geral em centrais de distribuição de mercadorias e o encabandimento e a logística de cabides. b) Fix Participações Ltda. ("Fix") - opera como controladora direta e indireta das sociedades responsáveis pela administração de cartão de crédito próprio, denominado "Cartão Marisa", possuindo as seguintes controladas diretas e indiretas: - Credit-21 Participações Ltda. ("Credit-21") - tem por objetivo principal a administração do Cartão Marisa e a participação no capital social de outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2010, as vendas com esse cartão representavam aproximadamente 47% (51% em 31 de dezembro de 2009) das vendas da Marisa Lojas. • Primos Participações Ltda. ("Primos") - tem por objetivo principal a administração da contratação de seguros pessoais entre os usuários do Cartão Marisa e as seguradoras. • TCM Participações Ltda. ("TCM") - tem por objetivo principal a prestação de serviços de cobrança, assessoria de crédito e administração de cartarias de cobrança do Cartão Marisa. • TEF Serviços de Processamento de Dados Ltda. ("TEF") - tem por objetivo principal a impressão e a remessa das faturas do Cartão Marisa. iii) MAX Participações Ltda. ("MAX") - opera como "holding", investindo na seguinte sociedade: a) S.A.X S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. ("SAX") - tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas. b) Silará Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. ("Silará") - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armários em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades. c) Albatroz Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. ("Albatroz") - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armários em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras - 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras anuais consolidadas - As demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia e suas controladas foram preparadas e elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRSs" ou "International Accounting Standards - IASs"), emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB". Os efeitos da aplicação retroativa de tais práticas sobre o resultado do exercício anterior, reapresentado para fins comparativos (estes resultados foram originalmente apresentados sem aplicação desses novos pronunciamentos), são como segue:

Table with columns: Resultado originalmente apresentado, Reclas-sificações, and Resultado após reclassificação - consolidado (IFRSs), showing financial results for 31/12/2009 and 31/12/2010.

2.2. Apresentação das demonstrações financeiras anuais individuais - As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Para fins de apresentação de relatório, esse conjunto de regras é denominado "BR GAAP". Os pronunciamentos e as interpretações e as orientações do CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas da CVM, estão substancialmente convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram providas nas demonstrações financeiras individuais visando à equiparação à equiparação às demonstrações financeiras consolidadas em IFRSs, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 610/09 (CPC 43 - Adoção Integral dos Pronunciamentos Técnicos). Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRSs, conforme mencionado no item 2.1. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o BR GAAP e as IFRSs requer que a Administração utilize estimativas. As rubricas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes na preparação das demonstrações financeiras individuais estão divulgadas na nota explicativa nº 6. Essas demonstrações financeiras individuais foram preparadas usando o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustado ao valor justo da transação. A aplicação retroativa de tais práticas não gerou efeitos sobre o resultado e o patrimônio. 3. Principais Práticas Contábeis - As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios e períodos apresentados e para as demonstrações financeiras da Companhia (BR GAAP) e consolidado (IFRSs). a) Moeda funcional e de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da controladora são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. b) Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período. c) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido e recebíveis sem mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de outros créditos. d) Instrumentos financeiros - (1) Categorias - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda; e (4) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. (1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia e suas controladas não possuem nenhum instrumento financeiro classificado nessa categoria. (2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. (3) Ativos financeiros disponíveis para venda - Quando aplicável, são incluídas nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação. (4) Empréstimos e recebíveis - São incluídas nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, no caso da Companhia e suas controladas, compreendem o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6) e as contas a receber de clientes (nota explicativa nº 10). (ii) Mensuração - As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resulta-

do. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado na rubrica "Receita financeira" ou "Despesa financeira", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações, líquidas de impostos, são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do período. (iii) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "swap" - Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "swap" são registrados nos balanços patrimoniais. Os resultados líquidos decorrentes de essas operações, apurados pelo valor justo, são registrados pelo regime de competência, conforme demonstrado na nota explicativa nº 34. (iv) Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, conforme nota explicativa nº 34. e) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As contas a receber são registradas e mantidas nos balanços pelo custo amortizado dos títulos representativos desses créditos. As contas a receber de clientes do Cartão Marisa são controladas por faixa de vencimento e Cadastro de Pessoa Física - CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado o acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data da venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo não pagamento por parte dele. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por causa de vencimento aplicando-se essa porcentagem sobre os valores vencidos antes da venda ao cliente. Os resultados líquidos da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. f) Estoques - Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos necessários para realizar a venda, dos impostos (nota explicativa nº 11). g) Imobilizado - Registrados ao valor de venda, deduzido dos custos desta ou do valor em uso, dos dois o maior. Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura da loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificado, conforme o item 5 do CPC 20 e a IAS 23 - Custos de Empréstimos. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15. A Companhia e suas controladas não optaram pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do "custo atribuído" ("deemed cost") conforme previsto nos parágrafos 20 a 23 do ICP 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - Ativo Imobilizado e do ICP 10 - Interpretação da Companhia entende que seus ativos permanentes estão registrados ao valor muito próximo do custo íntegro, haja vista, que nos últimos cinco anos 83% de suas Lojas foram remodeladas, atualizadas, ampliadas ou inauguradas e, por esse motivo, com base em laudo técnico desenvolvido por profissionais qualificados e pertencentes ao seu quadro de colaboradores, não se constatou necessidade de reavaliar os valores dos ativos da Companhia, pois estes já estão com seu valor próximo ao valor de mercado. A Administração da Companhia efetuou análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e intangível, obtendo as seguintes conclusões: • Imobilizado, não foram identificadas diferenças significativas demonstrando vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado da Companhia e das suas controladas. • Intangível, a vida útil-econômica do fundo de comércio deve ser avaliada em virtude do contrato de locação das lojas, uma vez que os novos pontos comerciais não têm esse tipo de negociação, e por se tratar de pontos antigos, a determinação de seus valores de mercado são de difícil obtenção e os benefícios decorrentes da informação contendo o custo de produzi-los. Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, conforme determinado no CPC 23 e na IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, os efeitos serão registrados prospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2010. h) Intangível - As licenças de programas de computador ("software") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas também são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 17 e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como intangíveis quando há evidência de provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia no ato da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação. Todos os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são adquiridos de terceiros. i) Avaliação do valor recuperável dos ativos - Os bens de imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, seu valor pode ser recuperado em situações em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido realizável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas. j) Arrendamento mercantil - Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesas do período pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início da arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item g), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 15. l) Outros ativos e passivos, correntes e não correntes - Outros ativos e passivos, correntes e não correntes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. m) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19. Os empréstimos denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços, os quais possuem transações perfeitadas de "swap", registradas pelo regime de competência. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude dessas transações são reconhecidos como ajustes em receitas e despesas. n) Provisões para passivos contingentes - As provisões para passivos contingentes são reconhecidas quando há evidência de provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia no ato da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação. Todos os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são adquiridos de terceiros. o) Avaliação do valor recuperável dos ativos - Os bens de imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, seu valor pode ser recuperado em situações em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido realizável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas. j) Arrendamento mercantil - Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesas do período pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início da arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item g), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 15. l) Outros ativos e passivos, correntes e não correntes - Outros ativos e passivos, correntes e não correntes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. m) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19. Os empréstimos denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços, os quais possuem transações perfeitadas de "swap", registradas pelo regime de competência. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude dessas transações são reconhecidos como ajustes em receitas e despesas. n) Provisões para passivos contingentes - As provisões para passivos contingentes são reconhecidas quando há evidência de provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia no ato da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação. Todos os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são adquiridos de terceiros. o) Avaliação do valor recuperável dos ativos - Os bens de imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, seu valor pode ser recuperado em situações em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido realizável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas. j) Arrendamento mercantil - Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesas do período pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início da arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item g), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 15. l) Outros ativos e passivos, correntes e não correntes - Outros ativos e passivos, correntes e não correntes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. m) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19. Os empréstimos denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços, os quais possuem transações perfeitadas de "swap", registradas pelo regime de competência. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude dessas transações são reconhecidos como ajustes em receitas e despesas. n) Provisões para passivos contingentes - As provisões para passivos contingentes são reconhecidas quando há evidência de provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia no ato da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação. Todos os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são adquiridos de terceiros. o) Avaliação do valor recuperável dos ativos - Os bens de imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, seu valor pode ser recuperado em situações em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido realizável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas. j) Arrendamento mercantil - Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesas do período pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início da arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item g), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 15. l) Outros ativos e passivos, correntes e não correntes - Outros ativos e passivos, correntes e não correntes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. m) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19. Os empréstimos denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços, os quais possuem transações perfeitadas de "swap", registradas pelo regime de competência. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude dessas transações são reconhecidos como ajustes em receitas e despesas. n) Provisões para passivos contingentes - As provisões para passivos contingentes são reconhecidas quando há evidência de provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia no ato da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação. Todos os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são adquiridos de terceiros. o) Avaliação do valor recuperável dos ativos - Os bens de imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, seu valor pode ser recuperado em situações em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido realizável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas. j) Arrendamento mercantil - Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesas do período pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início da arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item g), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 15. l) Outros ativos e passivos, correntes e não correntes - Outros ativos e passivos, correntes e não correntes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. m) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19. Os empréstimos denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços, os quais possuem transações perfeitadas de "swap", registradas pelo regime de competência. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude dessas transações são reconhecidos como ajustes em receitas e despesas. n) Provisões para passivos contingentes - As provisões para passivos contingentes são reconhecidas quando há evidência de provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia no ato da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação. Todos os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são adquiridos de terceiros. o) Avaliação do valor recuperável dos ativos - Os bens de imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, seu valor pode ser recuperado em situações em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido realizável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas. j) Arrendamento mercantil - Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesas do período pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início da arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item g), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 15. l) Outros ativos e passivos, correntes e não correntes - Outros ativos e passivos, correntes e não correntes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. m) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19. Os empréstimos denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços, os quais possuem transações perfeitadas de "swap", registradas pelo regime de competência. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude dessas transações são reconhecidos como ajustes em receitas e despesas. n) Provisões para passivos contingentes - As provisões para passivos contingentes são reconhecidas quando há evidência de provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia no ato da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação. Todos os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são adquiridos de terceiros. o) Avaliação do valor recuperável dos ativos - Os bens de imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, seu valor pode ser recuperado em situações em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido realizável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas. j) Arrendamento mercantil - Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesas do período pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início da arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item g), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 15. l) Outros ativos e passivos, correntes e não correntes - Outros ativos e passivos, correntes e não correntes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável. m) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19. Os empréstimos denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços, os quais possuem transações perfeitadas de "swap", registradas pelo regime de competência. Os ganhos e as perdas auferidos ou incorridos em virtude dessas transações são reconhecidos como ajustes em receitas e despesas. n) Provisões para passivos contingentes - As provisões para passivos contingentes são reconhecidas quando há evidência de provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia no ato da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação. Todos os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são adquiridos de terceiros. o) Avaliação do valor recuperável dos ativos - Os bens de imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, seu valor pode ser recuperado em situações em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido realizável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas. j) Arrendamento mercantil - Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesas do período pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início da arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item g), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 15. l) Outros ativos e passivos, correntes e não correntes - Outros ativos e passivos, correntes e não correntes são registrados pelo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

sentença, mensuração e evidenciamento anteriormente normatizados pelo CPC 14 quando da elaboração das demonstrações financeiras (originalmente apresentadas) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, para a elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme requerimentos do CPC 40, elas passaram a atender aos referidos atos de aplicação e divulgação, conforme divulgado na nota explicativa nº 31.

IFRSs - A Companhia não adotou atualmente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

Pronunciamento ou interpretação	Descrição	1º de julho de 2010	1º de janeiro de 2013
IFRS 1	Isenção Limitada de Divulgações Comparativas das IFRS 7 para Adotantes Iniciais	1º de julho de 2010	-
IFRS 1	Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRS	1º de julho de 2011	-
IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	1º de julho de 2011	-
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2013	-
IAS 12	Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes quando o Ativo é Mensurado pelo Modelo de Valor Justo da IAS 40	1º de janeiro de 2012	-
IAS 32 (revisado)	Alterações Relacionadas aos Direitos de Emissão	1º de fevereiro de 2011	-
IFRS 14 (revisado)	Pré-pagos de um Requerimento Único de Fundos	1º de janeiro de 2011	-

A Administração da Companhia avaliará os impactos nas demonstrações financeiras pela adoção desses pronunciamentos e dessas interpretações e os adotará de acordo com o início da respectiva vigência.

6. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas - As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Administração da Companhia e de suas controladas realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: **a) Redução dos valores de recuperação dos estoques** - A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicadores de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicadores, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individualizado descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **b) Provisão para perdas de inventário** - A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico. **c) Provisão para desvalorização dos estoques** - A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado. **d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As contas a receber de clientes do Cartão Marisa são controladas por falta de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução de carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por falta de vencimento, aplicando-se esse percentual sobre os valores vencidos acima de 90 dias, considerados como partes para a Companhia. **e) Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas** - A Companhia e suas controladas são omissas de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências relacionadas a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

7. Consolidação Societária - a) Incorporação das ações de emissão da Marisa (antiga controladora) pela Marisa Lojas - Em 18 de dezembro de 2009, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE a incorporação das ações de emissão da Marisa pela Marisa Lojas. Com isso, a Marisa passou a ser uma subsidiária integral da Marisa Lojas e continuou a participar em suas demais controladas. A Marisa Lojas, por sua vez, passou a ser a única acionista da Marisa, além de continuar a deter todos os direitos e obrigações por ela detidos antes da aprovação da operação. O valor da incorporação das ações da Marisa foi de R\$ 377.676 (correspondente a R\$ 2.047,00 por ação), conforme laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil levantado em 31 de outubro de 2009, compreendendo o patrimônio líquido encerrado naquela data, o qual considerava os lucros auferidos no período de dez meses findo em 31 de outubro de 2009, no valor de R\$ 65.290. Em decorrência dessa incorporação nos parâmetros anteriores, os resultados da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2009 diferem no montante de R\$ 65.643, basicamente pela equivalência patrimonial da Marisa Lojas registrada no resultado de sua antiga controladora Marisa S.A. ocorrida até 31 de outubro de 2009, conforme demonstrado a seguir:

	Valor - R\$
Lucro líquido da controladora Marisa Lojas	75.415
Resultado da Marisa S.A. até 31 de outubro de 2009	66.435
Resultado da Marisa Participações Ltda. até 31 de dezembro de 2009	539
Participação de não controladores	7
Exclusão da equivalência da Marisa Lojas registrada no resultado da Marisa S.A. até 31 de outubro de 2009	(1.145)
	65.636

b) Exercício da opção de compra da MAX - Conforme previsto no Prospecto Definitivo de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Marisa emitido em 18 de outubro de 2007, a Marisa possuiu opção de compra das ações da MAX, que controla diretamente da Marisa, uma instituição financeira detida indiretamente pelos controladores da Marisa Lojas, criada com o objetivo de estender o financiamento de crédito pessoal às vendas da Companhia. A aquisição do controle da MAX foi determinada, naquela época, pelo valor de R\$ 7.419, acrescido da criação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M até a data do efetivo pagamento, condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, que ocorreu em 8 de novembro de 2007. Em 2 de março de 2010, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração - ARCA o exercício da opção de compra das cotas da MAX, e em 18 de março de 2010 a Marisa, controlada da Marisa Lojas, exerceu a opção de compra e adquiriu as cotas da MAX, pelo valor de R\$ 8.538, passando a ser a controladora dessa sociedade. O exercício dessa opção gerou uma perda no montante de R\$ 1.088 (vide nota explicativa nº 30).

8. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009
Caixa	11.518	13.326
Bancos conta movimento	13.082	11.869
Aplicações financeiras (*)	282.754	120.571
	307.354	145.766

(*) As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e aplicações de curto prazo, conforme composição demonstra a seguir, e foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante de caixa e que são sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. A política de aplicação de recursos da Companhia e de suas controladas considera que todas as aplicações financeiras são de curto prazo e não são consideradas como atividades de investimentos, designando essas aplicações como um ativo mantido para negociação.

Aplicações financeiras

	Taxa de rendimento - %	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Oper. compromissadas - Itaú EBA Leasing	(a)	(a)	-
Oper. compromissadas - Safra Leasing	(a)	(a)	-
Oper. compromissadas - Bradesco Leasing	(a)	(a)	-
Oper. compromissadas - Votorantim Leasing	(a)	(a)	-
Oper. compromissadas - Alfa Leasing	(a)	(a)	-
Banco do Brasil CDB	(b)	(b)	-
Banco HSBC CDB	(b)	(b)	-
Safra CDB	(b)	(b)	-
Bradesco CDB	(b)	(b)	-
Banco Votorantim CDB	(b)	(b)	-
Banco Itaú CDB	(b)	(b)	-
Banco Alfa CDB	(b)	(b)	-
Banco Real CDB	(b)	(b)	-
Banco Santander CDB	(b)	(b)	-
CS Portfólio - Credit Suisse	(c)	(c)	-
Safra Renda Fixa FIF - Safra	(d)	(d)	-
Outros fundos	-	-	-

	Taxa de rendimento - %	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Oper. compromissadas - Itaú EBA Leasing	(a)	(a)	-
Oper. compromissadas - Safra Leasing	(a)	(a)	-
Oper. compromissadas - Bradesco Leasing	(a)	(a)	-
Oper. compromissadas - Votorantim Leasing	(a)	(a)	-
Oper. compromissadas - Alfa Leasing	(a)	(a)	-
Oper. compromissadas - Santander Leasing	(a)	(a)	-
Oper. compromissadas - Real Leasing	(a)	(a)	-
Banco do Brasil CDB	(b)	(b)	-
Banco HSBC CDB	(b)	(b)	-
Safra CDB	(b)	(b)	-
Bradesco CDB	(b)	(b)	-
Banco Votorantim CDB	(b)	(b)	-
Banco Itaú CDB	(b)	(b)	-
Banco Alfa CDB	(b)	(b)	-
Banco Real CDB	(b)	(b)	-
Banco Santander CDB	(b)	(b)	-
CS Portfólio - Credit Suisse	(c)	(c)	-
Safra Renda Fixa FIF - Safra	(d)	(d)	-
Outros fundos	-	-	-

(a) Referir-se a operações compromissadas em debêntures, com rendimento variando de 100,0% a 104,0% de 100,0% da Certificação de Depósito Interbancária - CDI, avaliadas ao seu valor de mercado (de 100,0% a 104,0% em 31 de dezembro de 2009 e de 102,5% a 104,0% em 1º de janeiro de 2009). (b) Referir-se a aplicações em CDB com rendimento variando de 100,0% a 105,0% do CDI, avaliadas ao seu valor de mercado (de 100,0% a 105,5% em 31 de dezembro de 2009 e de 102,5% a 104,0% em 1º de janeiro de 2009). (c) Referir-se a 796.425 cotas de fundo de investimento financeiro, administrado pelo Credit Suisse S.A., que aplica em Notas do Tesouro Nacional - NTN's, Letras do Tesouro Nacional - LTN's e operações compromissadas, com taxa de rendimento de 11,82%. (d) Referir-se a 15.536 cotas de fundo de investimento financeiro, administrado pelo Banco Safra S.A., que aplica em títulos públicos federais, CDBs, debêntures, operações compromissadas, "overnight" e notas promissórias, com taxa de rendimento de 10,14%.

9. Títulos e Valores Mobiliários

	Taxa de rendimento - %	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CS Portfólio - Credit Suisse (a)	8,95	9,83	-
Credit Suisse CDB (a)	(d)	(d)	-
Oper. compromissada - Safra Leasing	(b)	(b)	-
Bradesco LFT - renda fixa (c)	9,77	3,42	-
Outros títulos e valores mobiliários	-	-	-

	Taxa de rendimento - %	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo circulante	-	-	-
Ativo não circulante	-	-	-

	Taxa de rendimento - %	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CS Portfólio - Credit Suisse (a)	8,95	9,83	-
Credit Suisse CDB (a)	(d)	(d)	-
Oper. compromissada - Safra Leasing	(b)	(b)	-
Bradesco LFT - renda fixa (c)	9,77	3,42	-
Outros títulos e valores mobiliários	-	-	-

(a) Referir-se a aplicações financeiras dadas em garantia a Cédulas de Créditos Bancários - CCBs ou do Banco Credit Suisse (vide nota explicativa nº 19). (b) Referir-se a operações compromissadas em debêntures, com rendimento variando de 100,0% a 107,0% do CDI, avaliadas ao seu valor de mercado. (c) Referir-se à aplicação financeira dada em garantia a processos trabalhistas. (d) Aplicações em CDBs com rendimento de 102,0% a 103,0% do CDI, avaliadas ao seu valor de mercado.

10. Contas a Receber de Clientes

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa:		
A vencer:		
De 211 a 240 dias	-	-
De 181 a 210 dias	-	-
De 151 a 180 dias	-	-
De 121 a 150 dias	169	9.647
De 91 a 120 dias	6.867	13.971
De 61 a 90 dias	16.799	37.855
De 31 a 60 dias	51.311	26.736
Até 30 dias	105.801	91.409
	181.523	160.666
Administradoras de cartões de crédito - terceiros	92.911	67.692
Cartão "co-branded" - Marisa Itaucard	41.894	24.068
Outras contas a receber	945	198
Ajuste a valor presente	(4.741)	(1.494)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(95)	(271)
	311.587	312.875

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa:		
A vencer:		
De 211 a 240 dias	29.865	27.435
De 181 a 210 dias	16.183	15.987
De 151 a 180 dias	18.502	18.992
De 121 a 150 dias	33.297	34.922
De 91 a 120 dias	43.194	44.079
De 61 a 90 dias	60.329	65.023
De 31 a 60 dias	80.156	65.392
Até 30 dias	105.784	73.155
	367.310	341.985
Administradoras de cartões de crédito - terceiros	92.911	67.692
Cartão "co-branded" - Marisa Itaucard	41.894	24.068
Outras contas a receber	945	198
Ajuste a valor presente	(4.741)	(1.494)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(95)	(271)
	311.587	312.875

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009
Passivo circulante:		
Credi 21 Participações Ltda.	5.965	5.380
Due Mille Participações Ltda.	607	605
Aluguéis a pagar: (b)		
Nix Administração e Participação Ltda.	1.442	1.343
Mareasa Participações Ltda.	519	509
Novay Participações Ltda.	1.703	1.084
Actio Participações Ltda.	957	964
Pense Participações Ltda.	110	100
Compap Participações Ltda.	-	462
	11.303	10.585
Juros sobre o capital próprio e dividendos: (c)		
Pessoas físicas - controladores	9.774	12.999
Não controladores	3.260	4.912
	13.034	17.911

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
De 151 a 180 dias	10.421	9.371	15.149	-
De 121 a 150 dias	134.592	115.929	101.030	-
Outras contas a receber	501.902	457.914	540.861	-
Administradoras de cartões de crédito - terceiros	92.911	67.692	62.761	-
Cartão "co-branded" - Marisa Itaucard	41.894	24.068	-	-
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco (a)	12.960	19.840	2.629	-
Operações de crédito pessoal	25.046	5.801	5.294	-
Ajuste a valor presente	(62)	(1.678)	(3.800)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(35.421)	(27.421)	(39.367)	-
	634.538	556.471	569.378	-

(a) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. ("Itaú Unibanco") para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa ("co-branded"), quando da migração do cliente detentor do "Cartão Marisa" para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú, o qual pagará à Marisa o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável. Os valores a receber do Banco Itaú Unibanco são trazidos a valor presente pelo critério apresentado nas "Principais práticas contábeis". O montante a receber está assim distribuído por prazo de recebimento: **31/12/2010** 3.084 1.191 1.911 1.725 2.201 2.334 3.302 3.086 11.288 19.840 **31/12/2009** 1.191 1.725 2.201 3.302 3.086 11.288 19.840

(b) A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo em 1º de janeiro de 2009	271	38.367
Créditos provisionados no exercício	-	154.317
Créditos baixados definitivamente	(73)	(164.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	198	27.750
Créditos provisionados no exercício	179	144.565
Créditos baixados definitivamente	(282)	(136.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	95	35.421

A exposição máxima de risco de crédito da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 311.682 para controladora (BR GAAP) e de R\$ 634.538 para o consolidado (BR GAAP e IFRS).

11. Estoques

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009
Mercediarias em andamento	213.326	137.066
Importação e arrendamento	16.956	13.019
Estoque de material de consumo e embalagem	6.692	2.366
Ajuste a valor presente	(1.743)	(995)
Provisão para perdas com estoques (*)	(232.016)	(147.407)
	29.235	12.950

(*) O valor da provisão para perdas dos estoques refere-se às prováveis perdas de inventário e desvalorização dos estoques, conforme descrito na nota explicativa nº 31) e sua movimentação é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo em 1º de janeiro de 2009	2.500	2.500
Provisão registrada	23.837	23.837
Saldo em 31 de dezembro de 2009	26.337	26.337
Provisão registrada	48.541	48.541
Saldo em 31 de dezembro de 2010	74.878	74.878

12. Impostos a Recuperar

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (BR GAAP e IFRS)
	31/12/2010	31/12/2009
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	66.982	41.863
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	7.316	8.002
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.749	1.028
Imposto de renda sobre aplicação financeira	1.681	681
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	783	1.627
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	346	341
Programa de Integração Social - PIS	66	65
Outros	2	1
Ativo circulante	79.213	51.895
Ativo não circulante	37.208	25.675
	116	



MARISA LOJAS S.A. CNPJ nº 61.189.288/0001-89



De mulher para mulher marisa.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Table with columns: Taxa média anual de amortização - %, Custo, Amortização, Líquido. Rows include Software, Fundo de comércio, Direitos de uso de infraestrutura, etc.

Consolidado (BR GAAP e IFRS) table with columns: 01/01/2009, Despesa, Pagamento, 31/12/2009, Despesa, Pagamento, 31/12/2010. Rows include 13º salário, Férias, Salários a pagar, etc.

Table with columns: Taxa média anual de amortização - %, Custo, Amortização, Líquido. Rows include Software, Fundo de comércio, Direitos de uso de infraestrutura, etc.

Consolidadora (BR GAAP) and Consolidado (BR GAAP e IFRS) tables with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include ICMS, IRPJ, CSLL, etc.

A Companhia esclarece que todos os seus ativos intangíveis são gerados por fatores externos (isto é, adquiridos de terceiros) e que não possui nenhum ativo intangível gerado internamente.

22. Receita Diferida - O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos é apropriado ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato, estipulado em dez anos, e em 31 de dezembro de 2010 foi registrado como receita diferida o valor de R\$ 95.000, sendo R\$ 12.000 no passivo circulante e R\$ 83.000 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2009.

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 30/09/2010, 31/12/2009. Rows include Saldo no início do exercício/periodo, Adições, Baixas, Amortização, etc.

23. Provisão para Riscos - A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos, em sua maioria de natureza cível. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que a provisão para riscos é suficiente para cobrir as perdas prováveis.

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Revenda nacional, Revenda exterior, Serviços, Suprimentos, Outros.

Consolidadora (BR GAAP) and Consolidado (BR GAAP e IFRS) tables with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Tributárias, COFINS (a), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (b), etc.

19. Empréstimos e Financiamentos

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Banco Bradesco - Resolução nº 4.131 (*), Banco Safra - Resolução nº 2.770 (*), Banco Alfa - FINAME, Banco Itaú - FINAME, Banco Safra - FINAME, Banco Safra - Resolução nº 2.770 (*), Banco Safra - mútuo, Banco Safra - DI, Banco Bradesco - DI, Financiamentos - BNDES, Banco Alfa - FINAME, Banco Itaú - FINAME, Banco Alfa - arrendamento mercantil, Banco Mercedes - arrendamento mercantil, Banco Safra - FINAME, Banco UBS Pactual, Banco Credit Suisse, Banco Bradesco - BNDES, Unibanco - BNDES.

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Banco Bradesco - Resolução nº 4.131 (*), Banco Safra - Resolução nº 2.770 (*), Banco Alfa - FINAME, Banco Itaú - FINAME, Banco Safra - FINAME, Banco Safra - Resolução nº 2.770 (*), Banco Safra - mútuo, Banco Safra - DI, Banco Bradesco - DI, Financiamentos - BNDES, Banco Alfa - FINAME, Banco Itaú - FINAME, Banco Alfa - arrendamento mercantil, Banco Mercedes - arrendamento mercantil, Banco Safra - FINAME, Banco UBS Pactual, Banco Credit Suisse, Banco Bradesco - BNDES, Unibanco - BNDES.

Consolidado (BR GAAP e IFRS)

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Banco Bradesco - Resolução nº 4.131 (*), Banco Safra - Resolução nº 2.770 (*), Banco Alfa - FINAME, Banco Itaú - FINAME, Banco Safra - FINAME, Banco Safra - Resolução nº 2.770 (*), Banco Safra - mútuo, Banco Safra - arrendamento mercantil, Banco Mercedes - arrendamento mercantil, Banco Safra - FINAME, Banco UBS Pactual, Banco Credit Suisse, Banco Bradesco - BNDES, Unibanco - BNDES.

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Banco Bradesco - Resolução nº 4.131 (*), Banco Safra - Resolução nº 2.770 (*), Banco Alfa - FINAME, Banco Itaú - FINAME, Banco Safra - FINAME, Banco Safra - Resolução nº 2.770 (*), Banco Safra - mútuo, Banco Safra - arrendamento mercantil, Banco Mercedes - arrendamento mercantil, Banco Safra - FINAME, Banco UBS Pactual, Banco Credit Suisse, Banco Bradesco - BNDES, Unibanco - BNDES.

(a) CDI - Certificado de Depósito Interbancário. (b) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Taxa do período - %, TJLP, CDI.

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Saldo no início do exercício/periodo, Amortização, Saldo no fim do exercício/periodo, Passivo circulante, Passivo não circulante.

(*) Na mesma data da captação desses recursos as controladas Marisa Lojas e Credit-21 contrairam operações de "swap" com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxas prefixadas. Vide nota explicativa nº 34(g) para mais detalhes.

Os detalhes desses parcelamentos são como segue: Em 1º de maio de 2003, foi emitida a Lei nº 10.684, que trata, entre outros assuntos, do Parcelamento Especial - PAES, destinado a promover o parcelamento de débitos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Procuradoria da Fazenda Nacional e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. A Companhia optou por incluir no referido parcelamento, em julho de 2003, alguns débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O referido parcelamento apresenta a seguinte movimentação nos exercícios e no período a seguir:

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Saldo no início do exercício/periodo, Adição, Correção - TJLP, Amortização, Saldo no fim do exercício/periodo, Passivo circulante, Passivo não circulante.

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Saldo no início do exercício/periodo, Adição, Correção - TJLP, Amortização, Saldo no fim do exercício/periodo, Passivo circulante, Passivo não circulante.

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants") - Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants"), conforme consta nos contratos de empréstimos e financiamentos com bancos (ver detalhes dos "covenants" a seguir). As cláusulas restritivas encontram-se adimplentes, com exceção da cláusula descrita no item pagamento de dividendos a seguir. Em 7 de maio, 3 de agosto, 26 de novembro e 10 de dezembro de 2010, a Companhia decidiu distribuir juros sobre o capital próprio e dividendos equivalentes a 39,94% do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e, consequentemente, superou o "covenant" estabelecido no contrato de empréstimo que o Credit Suisse foi designado como "Trustee".

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia e suas controladas indiretas Credit-21, TEF e Due Mille aderiram ao parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, previsto na Lei nº 11.941/09, referentes ao diferencial de 1% da alíquota da COFINS e tributos vencidos até 30 de novembro de 2008, os quais serão pagos em até 180 meses, após a homologação pela referida Secretaria, a qual está analisando o referido parcelamento, e podem ser resumidos como segue:

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Saldo no início do exercício/periodo, Adição, Correção - TJLP, Amortização, Saldo no fim do exercício/periodo, Passivo circulante, Passivo não circulante.

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Saldo no início do exercício/periodo, Adição, Correção - TJLP, Amortização, Saldo no fim do exercício/periodo, Passivo circulante, Passivo não circulante.

Garantias de empréstimos e financiamentos - Garantias concedidas, inclusive por partes relacionadas:

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia e suas controladas indiretas Credit-21, TEF e Due Mille aderiram ao parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, previsto na Lei nº 11.941/09, referentes ao diferencial de 1% da alíquota da COFINS e tributos vencidos até 30 de novembro de 2008, os quais serão pagos em até 180 meses, após a homologação pela referida Secretaria, a qual está analisando o referido parcelamento, e podem ser resumidos como segue:

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Saldo no início do exercício/periodo, Adição, Correção - TJLP, Amortização, Saldo no fim do exercício/periodo, Passivo circulante, Passivo não circulante.

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Saldo no início do exercício/periodo, Adição, Correção - TJLP, Amortização, Saldo no fim do exercício/periodo, Passivo circulante, Passivo não circulante.

Garantias concedidas por instituições financeiras:

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia e suas controladas indiretas Credit-21, TEF e Due Mille aderiram ao parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, previsto na Lei nº 11.941/09, referentes ao diferencial de 1% da alíquota da COFINS e tributos vencidos até 30 de novembro de 2008, os quais serão pagos em até 180 meses, após a homologação pela referida Secretaria, a qual está analisando o referido parcelamento, e podem ser resumidos como segue:

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Saldo no início do exercício/periodo, Adição, Correção - TJLP, Amortização, Saldo no fim do exercício/periodo, Passivo circulante, Passivo não circulante.

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include Saldo no início do exercício/periodo, Adição, Correção - TJLP, Amortização, Saldo no fim do exercício/periodo, Passivo circulante, Passivo não circulante.

20. Salários, Provisões e Contribuições Sociais

Table with columns: 01/01/2009, Despesa, Pagamento, 31/12/2009, Despesa, Pagamento, 31/12/2010. Rows include 13º salário, Férias, Salários a pagar, FGTS a recolher, Participação nos lucros, Outros.

Table with columns: 01/01/2009, Despesa, Pagamento, 31/12/2009, Despesa, Pagamento, 31/12/2010. Rows include 13º salário, Férias, Salários a pagar, FGTS a recolher, Participação nos lucros, Outros.

de 2010, representando 97% desta base, e atribuiu a sua distribuição à reserva de lucros registrada em 2009. Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 3 de agosto de 2010, foi proposta a distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia que detinham ações nessa mesma data, no montante de R\$ 9.946 e R\$ 21.124, respectivamente. A Companhia utilizou como base para cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio o resultado acumulado do primeiro semestre de 2010, representando 41% desta base e atribuiu a distribuição à reserva de lucros registrada em 2009 e o pagamento de juros sobre o capital próprio ao lucro líquido apurado no período. Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de novembro de 2010, foi proposta a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia que detinham ações nessa mesma data, no montante de R\$ 10.562. A Companhia utilizou como base para cálculo dos juros sobre o capital próprio o resultado acumulado no terceiro trimestre de 2010, representando 9% desta base, e atribuiu o pagamento de juros sobre o capital próprio ao lucro líquido apurado no período. Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de dezembro de 2010, foi proposta a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia que detinham ações nessa mesma data, no montante de R\$ 10.562. A Companhia utilizou como base para cálculo dos juros sobre o capital próprio o resultado acumulado até 30 de novembro de 2010, representando 8% desta base, e atribuiu o pagamento de juros sobre o capital próprio ao lucro líquido apurado no período. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram destacados os montantes a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, divididos da seguinte forma:

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009. Rows include Lucro líquido do exercício, Constituição da reserva legal (5%) (i), Base de cálculo dos dividendos, Dividendos propostos (ii), Juros sobre o capital próprio (iii), IRRF incidente sobre os juros sobre o capital próprio, Total de dividendos e juros sobre o capital próprio, Dividendos provisionados, Juros sobre o capital próprio provisionados.

Percentual dos dividendos e juros sobre o capital próprio provisionados sobre a base de cálculo: 25,00%. Dividendos adicionais propostos (v): 16,323. (vi) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 25(d), (iii) Em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 16 de abril de 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia que detinham ações nessa mesma data, no montante de R\$ 19.114 referente aos dividendos propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, pagos em 10 de maio de 2010. Os dividendos propostos pela Administração da Companhia no montante de R\$ 13.034 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 referidos submetidos a aprovação na AGO, que será marcada no prazo legal, (iii) Em AGO, realizada em 16 de abril de 2010, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 17.584, pagos em 8 de fevereiro de 2010. Os juros sobre o capital próprio propostos pela Administração da Companhia no montante de R\$ 42.248 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 serão submetidos à aprovação na AGO, que será marcada no prazo legal. (iv) Com a incorporação das ações de emissão da Marisa pela Companhia, mencionada na nota explicativa nº 4, a Companhia decidiu distribuir juros sobre o capital próprio e dividendos, levando em consideração o resultado consolidado, a fim de garantir os direitos de seus minoritários, caso a incorporação não ocorresse. Com essa decisão o montante de juros sobre o capital próprio e dividendos representou 47,78% do resultado da controladora (conforme cálculo demonstrado anteriormente) e 25% do resultado consolidado, conforme segue:

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009. Rows include Lucro líquido do exercício - consolidado, Constituição da reserva legal (5%), pela controladora, Base de cálculo dos dividendos, Dividendos propostos, Juros sobre o capital próprio, líquidos, IRRF incidente sobre os juros sobre o capital próprio, Total de dividendos e juros sobre o capital próprio, Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

(v) Valor referente à parcela adicional dos dividendos mínimos obrigatórios declarado pela Administração. (f) Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações - Em 25 de abril de 2007, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu o plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações, através do Contrato de Opção de Outorga, indicando os membros da Administração e os empregados em posição de comando, bem como os prestadores de serviço altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, com o objetivo de alinhar os interesses e objetivos de tais pessoas com as estratégias e os resultados esperados pela Companhia. A opção poderá ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção de Outorga, observando a vigência no plano. Em 12 de agosto de 2008, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para cada um dos sete executivos indicados, sendo o preço de exercício das opções equivalente a R\$ 9,00 para cada ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplyado - IPCA a partir dessa data até a data da efetiva subscrição. A única condição de aquisição (vesting conditions) imposta pelo plano é de que os membros da Administração e os empregados em posição de comando, bem como os prestadores de serviços altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas prestem serviços para a Companhia pelo prazo de quatro anos. A Companhia, por decisão do Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir, a cada exercício, se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor. O valor justo para os planos de opções de compra das ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica "Despesas operacionais", e no patrimônio líquido, na rubrica "Reserva de lucros", como segue:

Table with columns: Ano da outorga, Período findo em 31/12/10, Exercícios futuros, Total. Rows include 2008, 2009.

O quadro a seguir apresenta a movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício de 2010:

Table with columns: Plano, 2008, 2009. Rows include Total de opções de compra de ações emitidas - mil, (-) Exercício das opções de compra de ações - mil (*), (-) Cancelamento das opções de compra de ações - mil, (=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2010 - mil, Valor da opção para exercício em 31 de dezembro de 2010 (corrigidos pelo IPCA) - R\$, Valor de mercado da ação em 31 de dezembro de 2010 - R\$.

(*) Em virtude do exercício das opções, o capital social foi aumentado em R\$ 464. Na determinação do valor justo das opções de compra de ações foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Table with columns: Plano, 12/08/2008, 12/08/2013. Rows include Termo do prazo de exercício das opções, "Dividend yield", Volatilidade do preço da ação, Taxa de juros livre de risco, "Vesting period" (dias úteis) - período máximo (20% por ano para cada "vesting"), Número de opções em aberto, Número de opções exercidas, Preço para exercício da opção na data da outorga - por opção - R\$, Preço para exercício, corrigido pelo IPCA até 31 de dezembro de 2010 - R\$.

Conforme cálculo do especialista contratado pela Companhia, que utilizou o método de árvore binomial para precificar as opções, o preço de mercado de cada ação em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 3,20, portanto, inferior ao valor de exercício da opção, de R\$ 10,05 corrigido até a data do balanço.

26. Receita Operacional Líquida

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2009. Rows include Receita operacional bruta, Vendas de mercadorias, Operações com cartão de crédito, Prestação de serviços, Operação com crédito pessoal, Impostos incidentes, Vendas de mercadorias, Prestação de serviços, Devoluções, Vendas de mercadorias.

27. Custos da Revenda de Mercadorias, de Operações com Cartão de Crédito, de Operações Financeiras e de Prestação de Serviços

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2009. Rows include Custo da revenda de mercadorias, Custo de operações com cartão de crédito, Custo da prestação de serviços, Custo de operações com crédito pessoal.

28. Despesas com Vendas

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2009. Rows include Despesas com pessoal e serviços, Prestação de serviços, Utilidades públicas, Despesas de comunicação, distribuição e locação, Outras.

29. Despesas Gerais e Administrativas

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2009. Rows include Despesas com pessoal e serviços, Utilidades públicas, Despesas tributárias, Outras.

30. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2009. Rows include Créditos tributários (*), Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, Reversão (constituição) de provisão para riscos, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Quebra de caixa, Perdas com investimentos, Outras.

(*) A Marisa Lojas é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE, concedidos por prazo indeterminado, sob a forma de crédito presumido correspondente a 3% do valor total das saídas interestaduais promovidas pela central de distribuição localizada em Jaboatão dos Guararapes - PE. O benefício dessas saídas é registrado no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". A Marisa Lojas é beneficiária de regime especial firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás através de acordo (TARE nº 014/03 - GSP) concedido por prazo indeterminado, sob a forma de crédito outorgado correspondente a 3% do valor das vendas interestaduais de calçados, tecidos, vestuários e roupas de cama, mesa e banho destinados à comercialização, produção ou industrialização promovidas pela central de distribuição localizada em Goiânia - GO.

31. Resultado Financeiro

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2009. Rows include Despesas financeiras, Ajuste a valor presente - fornecedores, Perda em "swap" (*), Juros - recuperados, Despesas bancárias, Variação cambial passiva, Outras.

(*) Refer-se a resultado com instrumentos financeiros para troca de indexador de passivos financeiros, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 34 (g) e nº 34 (i).

32. Informações sobre a Natureza das Despesas - A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2009. Rows include Custo de mercadorias, Despesa com pessoal e encargos, Despesas de comunicação e distribuição, Despesas de alugueis e correlatos, Despesas de serviços e utilidades públicas, Despesa de depreciação e amortização, Custo de empréstimos e financiamentos, Outras despesas financeiras, Provisões (reversões) - provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingências, Despesas com consultoria e auditoria, Outras despesas.

33. Lucro por Ação - De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

Table with columns: 31/12/2010, 31/12/2009. Rows include Denominador básico e diluído, Alocação do lucro líquido dos exercícios para os acionistas - R\$, Denominador básico e diluído, Ações disponíveis, Média ponderada das ações disponíveis, Lucro líquido por ação básico - R\$, Lucro líquido por ação diluído - R\$.

34. Instrumentos Financeiros - a) Gerenciamento de Risco - A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, conforme divulgado na nota explicativa nº 19, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes. Conzidente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim sumarizados:

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2010	31/12/2009
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 19)	577.849	249.858
menos: caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 8)	521.688	333.960
Dívida líquida	56.161	(84.102)
Total do patrimônio líquido	836.071	720.440
Total do capital	651.106	650.642
Índice de dívida líquida	7%	(12)%

b) Políticas contábeis significativas - Os detalhes das principais políticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa nº 3.

c) Categorias dos instrumentos financeiros

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	Valor contábil e valor de mercado		Valor contábil e valor de mercado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros:				
Mantido até o vencimento-				
Títulos e valores mobiliários	23.621	22.010	24.021	24.808
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	307.254	145.766	521.689	333.960
Contas a receber	311.587	250.932	634.538	556.421
	<u>642.562</u>	<u>418.708</u>	<u>1.180.247</u>	<u>915.189</u>
Passivos financeiros-				
Outros passivos:				
Empréstimos	529.748	212.001	577.849	249.858

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços. O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado. Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente. **d) Risco de crédito** - As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração das controladas por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera à capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). As controladas registraram provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 35.421 (R\$ 27.750 em 31 de dezembro de 2009), para cobrir os riscos de crédito. **e) Riscos de mercado** - A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente na compra de estoque para revenda, o qual está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras. A Administração estabeleceu uma política que exige que, através de seu Diretor Financeiro, se apresente mensalmente ao Conselho de Administração a posição atual de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial. **f) Riscos financeiros** - As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e “funding” e risco de contraparte. O programa de gestão de risco global da Companhia e de suas controladas se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo Departamento de Auditoria Interna - DAI da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O DAI da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **g) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira** - As controladas Marisa Lojas e Credi-21 captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros com o Banco Safra, para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa prefixada. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado em moeda local, acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação. Em 31 de dezembro de 2010, o detalhe dos contratos em aberto é como segue:

	Valor de referência (nacional)	Banco	Juros	Companhia	Ajuste líquido em R\$
	Indexador	Indexador	Indexador	Juros	
Janeiro de 2011	29.284	US\$ 3,9% a.a.	CDI 1,32% a.a.	CDI 1,32% a.a.	33.160
Março de 2011	100.000	US\$ 1,47% a.a.	CDI 100,85%	CDI 100,85%	102.955
Junho de 2011	95.838	US\$ 1,56% a.a.	CDI 103,60%	CDI 103,60%	98.340
RAgosto de 2011	170.520	US\$ 1,62% a.a.	CDI 100,00%	CDI 100,00%	171.894
	<u>395.642</u>				<u>406.349</u>

Considerando o exposto anteriormente, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não há riscos de mudanças nas taxas de câmbio a serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos. **h) Concentração de risco** - Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam as controladas à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, principalmente em relação às transações realizadas com a controlada Credi-21. O saldo da rubrica “Contas a receber” está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. As transações com a Credi-21 representam 84% em 31 de dezembro de 2010 (88% em 31 de dezembro de 2009) do total das transações de vendas com cartão de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Com relação ao risco de crédito nos títulos e valores mobiliários, a Administração acredita ser limitada, pois as instituições financeiras possuem altos “ratings” de créditos concedidos por agências avaliadoras de crédito. **i) Taxa de juros** - As controladas da Companhia estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Cenários - juros a incorrer		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	Alta do CDI	59.737	74.671	89.605
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do CDI	Alta do CDI	(51.635)	(64.544)	(77.453)
		<u>8.102</u>	<u>10.127</u>	<u>12.153</u>

(i) Juros calculados com base na variação média atual do CDI. (ii) Juros calculados considerando um incremento de 25% na variação do CDI. (iii) Juros calculados considerando um incremento de 50% na variação do CDI. **j) Gerenciamento do risco de liquidez** - A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras - DOF mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 8). Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	203.085	-	-	-	203.085
Financiamentos bancários	502.386	45.022	19.349	169	566.926
Financiamentos bancários - arrendamento financeiro	2.170	230	-	-	2.400
	<u>707.641</u>	<u>45.252</u>	<u>19.349</u>	<u>169</u>	<u>772.411</u>

35. Arrendamento Operacional - Locação de Lojas - Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía contratos de locação firmados com empresas ligadas e terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. O valor da locação dos imóveis de empresas ligadas é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 2,89% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. A despesa média mensal de alugueis pagos para empresas ligadas é de R\$ 2.454 (R\$ 2.261 em 31 de dezembro de 2009). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por até dois períodos de cinco anos. O valor da locação dos imóveis de terceiros é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,17% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. A despesa média mensal de alugueis pagos para terceiros é de R\$ 6.457 (R\$ 5.195 em 31 de dezembro de 2009). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as despesas de alugueis, líquidas dos impostos a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$ 130.334 (R\$ 114.173 em 31 de dezembro de 2009). O saldo da rubrica “Alugueis a pagar” é de R\$ 13.308 (R\$ 13.821 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 10.679 em 1º de janeiro de 2009). Os compromissos futuros oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2010, totalizam um montante mínimo de R\$ 907.993, assim distribuídos:

	Valor
2011	122.771
2012	121.712
2013	116.866
2014	112.799
2015 a 2028	<u>433.845</u>
	<u>907.993</u>

36. Informações por Segmento de Negócio - O CPC 22 e IFRS 8 - Informações por Segmento requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pelo Diretor Presidente, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são: **• Varejo** - área de vendas entre 250 m² e 2.500 m², com foco em consumidores da classe C. **• Operações cartão de crédito** - por meio do Cartão Marisa e “Co-Branded” Marisa Itaucard e gerenciado pela controlada Credi-21 ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas e empréstimo pessoal. **• Operações crédito pessoal** - por meio da SAX, oferta empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia. **a) Demonstração consolidada do resultado, ativos e passivos consolidados (BR GAAP e IFRS) por segmento.**

	31/12/2010		31/12/2009	
	Varejo	Operações cartão de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	1.702.762	353.168	19.752	2.075.682
Custos e devoluções do segmento	(807.720)	(224.788)	(6.983)	(1.039.491)
Lucro bruto	895.042	128.380	12.769	1.036.191
Despesas com vendas	(535.322)	-	-	(535.322)
Despesas gerais e administrativas	(111.471)	(4.784)	(4.707)	(120.962)
Depreciação e amortização	(95.329)	(1.990)	(227)	(97.546)
Receitas financeiras	28.788	16.802	-	45.590
Despesas financeiras	(60.720)	(5.063)	(68)	(65.851)
Outras receitas (despesas) operacionais	7.712	(4.123)	3	3.592
	<u>128.700</u>	<u>129.222</u>	<u>7.770</u>	<u>265.922</u>

	31/12/2009		31/12/2010	
	Varejo	Operações cartão de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	1.434.561	313.551	7.632	1.755.744
Custos e devoluções do segmento	(681.869)	(251.434)	(2.754)	(936.057)
Lucro bruto	752.692	62.117	4.878	819.687
Despesas com vendas	(468.209)	-	-	(468.209)
Despesas gerais e administrativas	(89.591)	(2.440)	(3.423)	(95.455)
Depreciação e amortização	(81.135)	(1.047)	(168)	(82.350)
Receitas financeiras	31.172	15.053	-	46.225
Despesas financeiras	(59.067)	(3.363)	-	(62.430)
Outras receitas (despesas) operacionais	15.934	9.543	87	25.564
	<u>101.795</u>	<u>79.863</u>	<u>1.374</u>	<u>183.032</u>

	31/12/2009		31/12/2010	
	Varejo	Operações cartão de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	308.258	213.060	513	521.831
Contas a receber de clientes	130.085	484.982	19.471	634.538
Estoques	232.016	-	-	232.016
Imobilizado e intangível	425.932	5.763	777	432.472
Outros	164.954	74.184	1.297	240.435
	<u>1.261.245</u>	<u>777.989</u>	<u>22.058</u>	<u>2.061.292</u>

	31/12/2009		31/12/2010	
	Varejo	Operações cartão de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	149.006	184.884	70	333.960
Contas a receber de clientes	90.405	460.682	5.334	556.421
Estoques	147.449	-	-	147.449
Imobilizado e intangível	287.711	4.315	895	292.981
Outros	130.119	74.481	2.867	207.467
	<u>804.750</u>	<u>724.362</u>	<u>9.166</u>	<u>1.538.278</u>

Antonio Carlos Santarosa Júnior
Gerente Geral Contábil/Jurídico

CONTADOR

Marcos Gracia dos Reis - Gerente Contábil - CRC - ISP 198634/0-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Marisa Lojas S.A.** - São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Marisa Lojas S.A. (“Companhia” ou “Marisa Lojas”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e

das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marisa Lojas S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Marisa Lojas S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	01/01/2009		
	Operações cartão de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	117.803	237.754	357.661
Contas a receber	59.092	508.015	569.378
Estoques	132.207	-	132.207
Imobilizado e intangível	308.639	2.844	311.983
Outros	139.405	65.159	208.946
	<u>757.146</u>	<u>813.772</u>	<u>1.580.175</u>

	31/12/2009			
	Varejo	Operações cartão de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Fornecedores	204.786	3.082	-	207.868
Empréstimos e financiamentos	529.749	41.421	6.679	577.849
Impostos a recolher	128.727	11.185	1.891	141.803
Provisão para riscos	41.126	19.996	3	61.125
Parcelamento de tributos	50.254	1.733	-	51.987
Outros	83.360	113.207	1.048	197.615
Patrimônio líquido	395.339	415.269	12.437	823.045
	<u>1.433.341</u>	<u>605.893</u>	<u>22.058</u>	<u>2.061.292</u>

	31/12/2009			
	Varejo	Operações cartão de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Fornecedores	160.056	1.838	-	161.894
Empréstimos e financiamentos	212.002	37.856	-	249.858
Impostos a recolher	75.091	4.469	229	79.789
Provisão para riscos	48.200	9.429	1	57.630
Parcelamento de tributos	51.412	1.733	-	53.145
Outros	81.353	133.469	680	215.202
Patrimônio líquido	329.501	382.703	8.256	720.460
	<u>957.615</u>	<u>571.497</u>	<u>9.166</u>	<u>1.538.278</u>

	01		
--	-----------	--	--